**ESTRATÉGIAS INCLUSIVAS NO ENFRENTAMENTO DAS DIFICULDADES DE LEITURA E ESCRITA NO ENSINO FUNDAMENTAL II**

Julianne Viana Guerra

*Universidade do Estado do Rio de Janeiro*

Cleisson Rodrigo da Rocha

*Universidade do Estado do Rio de Janeiro*

Maria Vitória Soares

*Universidade do Estado do Rio de Janeiro*

**Resumo**

Desde a Constituição Federal de 1988, a educação deve ser oferecida por todas as instituições escolares brasileiras, no âmbito público e privado, abrangendo os mais variados níveis de ensino (Brasil, 1988). Em 1994, com a concepção internacional de Educação Inclusiva, fomentada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), uma proposta de educação voltada para pessoas com deficiência foi intensificada. Esse novo olhar de uma educação para todos fortaleceu a importância de um planejamento educacional alicerçado na especificidade de cada aluno. No entanto, mesmo com essa virada de lente há cerca de 30 anos, o modelo tradicional ainda encontra-se arraigado em muitas escolas, impedindo a implementação de um ensino de todos e para todos. Neste contexto, diversos estudos evidenciam a precariedade da formação e de informação sobre a temática inclusiva, em especial no Ensino Fundamental II das escolas públicas, evidenciando-se um campo aberto para a investigação, visto que tanto as políticas públicas quanto a produção de conhecimento são recentes nessa área. O projeto de escola pública inclusiva, assim como a educação voltada para a reflexão sobre as diferenças e preconceitos existentes, propicia melhorias diretas na vida de todos os educandos, principalmente para aqueles que possuem necessidades educacionais específicas. Contudo, trabalhar aspectos da inclusão nas escolas, tornando o ensino mais significativo, ao encontro de uma sociedade mais democrática e mais justa, exige que as práticas pedagógicas sejam repensadas a partir das demandas trazidas pelos alunos. Assim sendo, este trabalho tem como temática uma análise relacionada às práticas inclusivas. Para tanto, a análise se deu a partir das propostas pedagógicas de profissionais da educação que atuam numa escola pública, do município de Maricá/RJ, por meio de uma proposta de pesquisa-ação, um trabalho colaborativo entre mediadora de apoio, professores e orientadora educacional – pesquisadora. O objetivo deste estudo versa sobre metodologias ativas para o desenvolvimento do alfaletramento de uma aluna de 18 anos de idade, intitulada como Ana, diagnosticada com deficiência intelectual. Os resultados indicaram a necessidade da observação e da interlocução entre os profissionais - professores e mediadores - que atuaram com o sujeito desse estudo, para a inserção e personalização de recursos pedagógicos, condições materiais e diferentes níveis de suportes, os quais podem ser utilizados em sala de aula, de acordo com o que é observado e trazido pelo aluno, colaborando com práticas significativas e auxiliando no seu processo de ensino-aprendizagem. Assim sendo, a proposta proporcionou a construção de um ambiente plural, favorável para o alcance de oportunidades e de participação das pessoas com deficiência para seu pleno desenvolvimento. Vale ressaltar que seu êxito depende do engajamento dos envolvidos nesse processo, propondo um ensino de qualidade que contemple a diversidade, mediante um currículo apropriado para cada sujeito. Concluiu-se que com as adaptações nas metodologias, realizadas pela professora em parceria com mediadores, jogou luz para a necessidade dos profissionais conhecerem o sujeito – protagonista da educação – para que fosse possível verificar quais ferramentas tecnológicas seriam mais adequadas e que faziam parte de seu cotidiano. Por conseguinte, o engajamento e a participação da aluna que apresentava necessidade de diferentes níveis de suporte no processo de ensino e aprendizagem, na escola regular, foi notada, servindo como ponto de partida para o reconhecimento das individualidades da educanda, colaborando com o processo significativo de inclusão escolar desta estudante. Assim sendo, através da pesquisa, pretendeu-se efetivar estudos que resultem em possíveis direções para os profissionais da área educacional, contribuindo para uma educação que acolha, em lugar de excluir.

**Palavras-chave:** Deficiência Intelectual. Educação Inclusiva. Ensino.

**Resumo Expandido**

**Introdução**

Pensando num projeto consistente de formação humana, os últimos 30 anos foram testemunhas da resistência de grupos representativos e o surgimento de um arcabouço legal mais próximo das adequadas necessidades dos indivíduos mais vulneráveis. A partir da Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), uma perspectiva de acolhimento da diversidade entra em pauta, jogando luz para a necessidade da igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, o que, por sua vez, diz respeito a serviços e recursos educacionais específicos. Recursos esses, organizados institucionalmente para apoiar e garantir que a educação escolar promova o desenvolvimento das [potencialidades](https://diversa.org.br/tag/potencialidades/) de todos os educandos. Todos os movimentos legais e sociais tendem a repaginar o meio escolar. A instituição escolar é o primeiro espaço capaz de fazer com que os sujeitos, ao se deslocarem de suas casas, seu ambiente social de origem, não só tenham contato, mas também aprendam a conviver com a diversidade humana. Contudo, à beira do potencial transformador para uma educação e cultura inclusivas, muitas vezes essa escola ainda conserva um conhecimento e interesses preconizados pela sociedade capitalista. Assim, entendemos que o indivíduo que está à margem do “modelo padrão” é rotulado e acaba sendo responsável pelo seu insucesso acadêmico. Nesse grupo, encontram-se as pessoas com deficiência, sobretudo o sujeito com deficiência intelectual. Muito se tem debatido sobre as inquietações docentes e de práticas pedagógicas significativas frente à heterogeneidade que se faz presente nas escolas para a universalização educacional. Esses princípios devem atingir também aqueles sujeitos que, mesmo vivendo em uma sociedade democrática, portanto de direitos, ainda não usufruem de condições plenas para sua sobrevivência, concordando com Glat e Blanco quando afirmam que:

A Educação Inclusiva significa um novo modelo de escola em que é possível o acesso e a permanência de todos os alunos, e onde mecanismos de seleção e discriminação, até então utilizados, são substituídos por procedimentos de identificação e remoção de barreiras para a aprendizagem. (Glat; Blanco, 2007),

Além disso, quando pensamos na sala de aula, o que vem à mente, em geral, é um espaço composto por professores e alunos que utilizam mesas, cadeiras e um quadro para a aprendizagem. As aulas são expositivas, forma padronizada de ensinar para classes compostas por sujeitos heterogêneos. Contudo, a possibilidade de se construir um espaço pedagógico capaz de abraçar as demandas do educando, nem sempre apresenta-se enquanto um trabalho fácil e exige que as práticas docentes sejam repensadas para atender um público cada vez mais plural em sala de aula. Neste sentido, estudos, em geral, mostram precariedade da formação e de informação sobre a temática inclusiva, principalmente, no Ensino Fundamental II das escolas públicas, evidenciando-se um campo aberto para a investigação, visto que tanto as políticas públicas, quanto a produção de conhecimento são recentes nessa área. Este relato de experiência tem como finalidade explicitar uma estratégia educacional inclusiva, voltada para o alfaletramento[[1]](#footnote-0) de uma jovem com deficiência intelectual, assim como os resultados positivos da personalização do ensino em seu aprendizado, sob a ação de professores atuantes em uma escola de ensino público, situada no município de Maricá, no Rio de Janeiro. Com o propósito de alcançar o objetivo aqui formulado, no que se refere ao plano metodológico, trabalhou-se com uma proposta de pesquisa-ação (Moreira; Caleffe, 2008), um trabalho colaborativo entre mediadora de apoio, professores e orientadora pedagógica e educacional (pesquisadora), no qual os dados são obtidos em meio ao processo – a ação –, a fim de que se possa estabelecer uma constante de aplicação e reflexão acerca do desenvolvimento da pesquisa, de maneira cíclica.

**Metodologia**

Procurou-se evidenciar o trabalho com metodologias ativas para o desenvolvimento do alfaletramento de uma aluna com 18 anos de idade, chamada Ana[[2]](#footnote-1) para essa pesquisa, que possui deficiência intelectual, pertencente do 9º ano, na sala de ensino regular de sua escola. Segundo Mota e Rosa (2018, p. 261-276):

As metodologias ativas surgiram na década de 1980 como alternativa a uma tradição de aprendizagem passiva, onde a apresentação oral dos conteúdos, por parte do professor, se constituía como única estratégia didática. Contrariamente ao ensino tradicional, as metodologias ativas procuram um ambiente de aprendizagem onde o aluno é estimulado a assumir uma postura ativa e responsável em seu processo de aprender, buscando a autonomia, a autorregulação e a aprendizagem significativa. Estas metodologias envolvem métodos e técnicas que estimulam a interação aluno-professor, aluno-aluno e aluno-materiais/recursos didáticos e apostam, quase sempre, na aprendizagem em ambiente colaborativo (Mota; Rosa, 2018).

Inicialmente, Ana passou pelas atividades de sondagem/diagnóstica para que os professores pudessem preparar o Plano Educacional Individualizado (PEI) de acordo com as características da aluna, a qual estava em processo de aquisição da leitura e da escrita. A mediadora demonstrou grande preocupação com as atividades propostas pelos professores que, em geral, mesmo com a construção do PEI, demonstravam expressiva dificuldade nesse trabalho. Sendo Ana uma aluna sem domínio na leitura e na escrita, os docentes acabavam propondo tarefas infantilizadas, acreditava-se que atividades idênticas às elaboradas para crianças do ensino fundamental I eram um caminho viável para a educanda. Consequentemente, ela demonstrava pouco interesse nas aulas. A partir dessa dificuldade, a professora de Português procurou a mediadora e a orientadora educacional e pedagógica para que juntas, em um estudo de caso, pudessem encontrar práticas mais atraentes, condizentes com a idade da discente. A mediadora, sempre acompanhando-a de perto, observou que a aluna tinha uma vida social ativa e gostava de ouvir músicas e assistir a shows de cantores na cidade, então, sondou os artistas que a jovem mais gostava, compartilhando a informação com a docente. Com o intuito de mitigar possíveis dificuldades encontradas, a professora de Língua Portuguesa uniu o conteúdo trabalhado em sala de aula – pronome pessoal do caso reto – à música *Derê* do cantor Belo. Por meio do emprego dos recursos tecnológicos, como *Wordwall[[3]](#footnote-2)*, possibilitando oferecer uma sequência didática em que o conhecimento foi construído de forma estratégica e personalizada, unindo teoria e prática. Assim, utilizando a ferramenta tecnológica, em locais mais tranquilos e seguindo o ritmo da educanda, a mediadora apresentou a atividade de identificação dos pronomes na letra da música, através de recursos que a aluna também utilizava, como notebook e tablet, artifício que a própria escola dispunha para todos os alunos. Sobre esta aula: foi a última de um conjunto de 3 planos de aula com enfoque na análise linguística e semiótica[[4]](#footnote-3), com o objetivo de verificar a utilização das relações anafóricas estabelecidas pelos pronomes pessoais e seus efeitos de sentidos em mídias diversas que fazem parte do cotidiano dos alunos.

**Resultados**

A partir dessas ações, os profissionais da educação perceberam, por meio da análise e reflexão da progressão registrada em seu portfólio e pela observação das atitudes da aluna, que ela passou a ter muito mais interesse nas propostas pedagógicas oferecidas e ficou muito feliz por reconhecer que seu cantor favorito estava em uma atividade da escola. Os resultados mostraram que o trabalho a partir da aplicação do PEI, o qual prioriza um ensino individualizado, bem como a avaliação de todo o processo, tornou-se uma estratégia fortalecedora do processo de ensino para uma aluna com deficiência intelectual, pois objetivou a personalização dos processos em busca de uma efetiva participação e construção de conhecimento (MASCARO, 2017). Ademais, a proposta favoreceu a produção de um currículo em que a diversidade, presente na escola, fosse compreendida como ponto de partida para avanços no processo de desenvolvimento das habilidades de alfabetização e letramento, possibilitando que os alunos, protagonistas do processo educacional, pudessem escolher caminhos em um mundo letrado para uma vida autônoma, reverberando atitudes positivas. Ainda, sobre tal ação, compreendemos que:

Um fator considerado determinante para a efetivação de uma educação inclusiva de qualidade é a interação entre o professor regente do ensino comum e o professor que presta atendimento educacional especializado, qualquer que seja a modalidade. (Glat; Pletsch, 2012, p. 140).

**Conclusão**

O projeto de escola pública para todos, assim como a educação voltada para a reflexão sobre as diferenças e preconceitos existentes, propicia melhorias diretas na vida de todos os educandos, principalmente para aqueles que as possuem. A temática elencada, a respeito do alfaletramento de uma aluna com deficiência intelectual, possibilitou o entendimento de que o planejamento pedagógico deve ser capaz de promover o diálogo, articulando os saberes da leitura e da escrita com as práticas sócio-culturais já construídas pelos sujeitos, compreendendo o alfaletramento como direito fundamental na construção da cidadania. Nesse sentido, reitera-se a importância da formação de professores e de mediadores como o pilar para a construção da inclusão escolar, rompendo com os estigmas, com as barreiras atitudinais e atravessamentos que surgirem no decorrer da prática pedagógica. Concluiu-se também que independentemente dos métodos, quando se trata de metodologias ativas, o docente necessita se apropriar de múltiplas ferramentas para buscar níveis de suporte que melhor se adequem ao perfil dos estudantes que atende e dos objetivos que pretende alcançar a curto, médio e longo prazo, evidenciando a importância de conhecer o protagonista (aluno) da educação a qual promovemos, construindo um futuro mais justo por meio do diálogo e da valorização das especificidades de cada sujeito.

**Referências**

BRASIL. Artigo 206 da *Constituição da República Federativa do Brasil* de 1988. Brasília, DF, 1988.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular (BNCC)*. Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\_EI\_EF\_110518\_versaofinal\_site.pdf .

Acesso em: 27 abril. 2024.

GLAT, R.; BLANCO, L. de M. V. Educação Especial no contexto de uma Educação Inclusiva. In: GLAT, R. (org.). Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar. 14 (Coleção Questões atuais em Educação Especial, v. VI), Editora Sete Letras, p. 15-35, Rio de Janeiro, 2007.

GLAT, R.; PLETSCH, M. D. (2012). *Inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais* (Série Pesquisa em Educação, 2a ed.). Rio de Janeiro: EDUERJ.

MASCARO, Cristina Angélica Aquino de Carvalho.*O atendimento pedagógico na sala de recursos sob o viés do plano educacional individualizado para o aluno com deficiência intelectual: um estudo de caso.* 2017. 152 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: http://www.bdtd.uerj.br/handle/1/10445. Acesso em 26 mar. 2024.

MOTA, A.; WERNER DA ROSA, C. Ensaio sobre metodologias ativas: reflexões e propostas. Revista Espaço Pedagógico, v. 25, n. 2, p. 261-276/2018. Acesso em 28 mar. 2024.

MOREIRA, Herivelto, CALEFFE, Luiz Gonzaga. *Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador.* Rio de janeiro: Lamparina, 2008.

SOARES, Magda. *Alfaletrar*: toda criança pode aprender a ler e a escrever. São Paulo: Contexto, 2020.

UNESCO. Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais. Brasília: CORDE, 1994.

1. Conforme elabora Soares (2020), alfaletramento corresponde a simultaneidade do ensino do sistema da escrita alfabética (alfabetização) com o uso social e contextualizado da língua voltada para a produção textual (letramento). [↑](#footnote-ref-0)
2. Nome fictício. [↑](#footnote-ref-1)
3. Plataforma para criação de atividades interativas online. [↑](#footnote-ref-2)
4. Envolve os procedimentos e estratégias (meta)cognitivas de análise e avaliação consciente, durante os processos de leitura e de produção de textos (orais, escritos e multissemióticos), das materialidades dos textos, responsáveis por seus efeitos de sentido, seja no que se refere às formas de composição dos textos, determinadas pelos gêneros (orais, escritos e multissemióticos) e pela situação de produção, seja no que se refere aos estilos adotados nos textos, com forte impacto nos efeitos de sentido. (BRASIL, 2017, p.82) [↑](#footnote-ref-3)